

SAMORA MACHEL

**PELA
INDEPENDÊNCIA
DIGNIDADE
E
PAZ**

28

coleção

"PALAVRAS de ORDEM

EDIÇÃO DO PARTIDO FRELIMO

SAMORA MACHEL

**PELA
INDEPENDÊNCIA
DIGNIDADE
E
PAZ**

28

coleção
"PALAVRAS de ORDEM"
: EDIÇÃO DO PARTIDO FRELIMO

INTRODUÇÃO

Convocada pelos Presidentes Aristides Pereira de Cabo Verde, João Bernardo Vieira da Guiné-Bissau e Manuel Pinto da Costa de S. Tomé e Príncipe, expressamente para manifestarem a sua solidariedade com a política de Paz da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique, teve lugar em Maputo, nos dias 27 e 28 de Abril de 1984, uma Cimeira Extraordinária destes cinco países africanos.

A Cimeira, a que os dirigentes máximos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe trouxeram o seu apoio indefectível a Angola e Moçambique, foi convocada na sequência da assinatura dos Acordos de Lusaka, entre os Governos de Angola e da África do Sul, e do Acordo de Nkomati, entre os Governos de Moçambique e da África do Sul.

Na sessão de abertura, o Presidente Sámorea Machel usou da palavra, considerando aqueles acordos como vitórias das forças da razão, do diálogo e da paz sobre as forças do colonialismo e do belicismo. Por outras palavras, o agressor foi obrigado

a aceitar o compromisso de parar com a sua agressividade dirigida contra Angola e Moçambique.

O Presidente Samora Machel apontou as linhas fundamentais do significado da luta armada de libertação nacional desencadeada contra o colonialismo português: ela não significava o abandono ou ruptura da vontade de dialogar, mas a única alternativa possível para preservar a vida e a dignidade dos Povos, perante a intransigência assassina do sistema colonial-fascista; ela não era um instrumento de propaganda ou de agitação de massa, mas tinha como objectivos estabelecer a paz e conquistar a liberdade.

As vitórias dessas lutas foram possíveis porque, por um lado, era justa a sua causa e, por outro, porque foram observados, na estratégia e táctica seguidas, factores como a definição clara do inimigo; a questão da unidade nacional e o combate contra o recismo, o tribalismo e o regionalismo; o primado das condições internas sobre as externas; o abandono das cátedras e da vida cómoda pelos dirigentes e a sua participação no terreno de batalha; a recusa do terrorismo como meio de luta.

Na intervenção do Presidente da República Popular de Moçambique, é feita uma análise do fenómeno do banditismo armado que teve, nos princípios dos anos 60, os seus primeiros prenúncios com a utilização pelo colonialismo de agentes infiltrados como Momo Touré no PAIGC e Gwengere na FRELIMO.

Pela sua dimensão analítica e histórica, pela riqueza da descrição e do detalhe, o discurso do Presidente Samora Machel na Cimeira Extraordinária dos «Cinco», agora publicado em brochura, constitui um documento de profunda e inestimável importância para o estudo e a compreensão das lutas pela liberdade, paz e independência no Continente Africano e, em particular, na África Austral.

Querido Camarada Comandante de Divisão,
JOÃO BERNARDO VIEIRA
Presidente da República da Guiné-Bissau
e Presidente em Exercício da nossa Cimeira,

Querido Camarada
ARISTIDES PEREIRA
Presidente da República de Cabo Verde,

Querido Camarada
MANUEL PINTO DA COSTA
Presidente da República Democrática
de S. Tomé e Príncipe,

Querido Camarada
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS
Presidente da República Popular de Angola,

Caros Camaradas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estão aqui a saudar-vos membros do Comité
Central do Partido Frelimo, Deputados da Assem-

bleia Popular, nosso órgão máximo do Poder do Estado, dirigentes do Governo da República Popular de Moçambique.

Eles estão aqui, para desejar aos nossos ilustres hóspedes, aos nossos companheiros de armas desde a primeira hora, aos nossos aliados seguros, as mais calorosas e fraternais boas-vindas a Maputo, capital da República Popular de Moçambique.

Sentimo-nos todos honrados pela vossa presença, pelo privilégio que dão ao nosso povo de trazerem a vossa solidariedade amiga e segura.

Sentimo-nos emocionados porque estão perante nós Heróis vivos da África combatente, aqueles que consagram as suas vidas ao ideal mais nobre que é servir o povo. Sentimo-nos privilegiados porque temos entre nós combatentes africanos, criadores da liberdade, fazedores da paz e do progresso.

Khanimambo Camaradas, pela vossa presença!

O povo moçambicano, vosso amigo, saúda-vos com alegria, com respeito, com admiração.

O Camarada Presidente João Bernardo Vieira proferiu palavras que tocam o fundo do nosso coração. São palavras directas, proferidas por quem viveu os sacrifícios da luta e conhece o valor da liberdade. São palavras de um comandante e camarada que entregou anos da sua vida a longas marchas, que viveu a fome e a sede, a alegria da vitória numa batalha, a tristeza de enterrar um companheiro. São palavras que acalentam os nossos ânimos e estimulam o nosso combate.

Obrigado Presidente João Bernardo Vieiral

Caros Camaradas,

Os companheiros de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, convocaram esta Cimeira Extraordinária aqui na África Austral, para manifestarem a sua solidariedade para com a política de Paz

da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique.

Estamos aqui, na África Austral, onde se travam combates decisivos entre o progresso e a reacção, entre a liberdade e a opressão, entre o militarismo e as forças da paz, entre a igualdade dos homens e a discriminação racial.

O simples facto de estarmos aqui reunidos por vontade própria, nesta Cimeira Extraordinária, confirma mais uma vez a nossa unidade inquebrantável.

Felicitamo-nos porque somos uma realidade viva no nosso Continente e no Mundo. Construimos um bloco unido e coeso, porque assumimos a luta de cada um de nós como a luta de todos nós.

O nosso lema sempre foi a solidariedade. Hoje, continua a ser solidariedade nos princípios e na acção.

Os nossos países viveram uma experiência comum de opressão e exploração. Juntos combatemos e juntos vencemos, juntos construimos as nossas pátrias.

Este rico património dos nossos povos enriquece a história contemporânea da África, a cultura e a personalidade do homem africano, dimensiona o nosso Continente à justa medida da dignidade do povo africano.

Gostaria de relembrar, nesta sessão solene, alguns elementos deste património comum, para que as novas gerações saibam compreender o que nos une e se tornem continuadoras da história gloriosa que criámos.

Caros Camarads,

Nas nossas pátrias prevalecia a brutalidade da violência colonial. À vontade de justiça, de liberdade dos nossos povos, a máquina repressiva colonial-fascista respondia sistematicamente com massa-

eres. Icolo-Bengo, Pijiguiti, S. Tomé, Mueda, Tarrafal, são outros tantos nomes do calvário dos nossos povos.

O movimento nacionalista surge nas nossas pátrias com o objectivo de, pelo diálogo, restabelecer a dignidade e liberdade dos nossos povos, e, em diálogo, em negociações, promover a independência das nossas Pátrias.

O MAC — Movimento Anti-Colonial, a FRAIN — Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional — que na década de 50 congrega a luta comum contra o colonialismo, repetidas vezes reclama negociações com a potência colonial. Na sua fundação a CONCP, que sucede à FRAIN e reúne o MPLA, o PAIGC, o então CLSTP, a UDENAMO e os Movimentos de Libertação de Goa, de novo apela ao diálogo.

As lutas armadas que se desencadeiam sucessivamente em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique, não representam uma ruptura ou abandono da vontade de dialogar. Elas surgem como única alternativa possível para preservar a vida dos nossos povos, a liberdade e dignidade dos homens, perante a intransigência assassina do sistema colonial-fascista.

A morte política de Salazar suscita na Comunidade Internacional a esperança de que a potência colonial aceite um diálogo conducente à independência das nossas Pátrias. Do lado das nossas Organizações, manifestou-se de novo a vontade de fazer cessar o combate das armas em favor da negociação entre os homens.

A África, a OUA, na Declaração de Lusaka, prontificou-se a apoiar as iniciativas que ponham termo à guerra colonial e garantam a independência dos territórios ocupados.

A intensificação da agressão foi a resposta do Caetanismo. A escalada em ataques bárbaros e mas-

sacres, a internacionalização do conflito pelo envolvimento directo de forças rodesianas e sul-africanas, foi a resposta do Caetanismo.

Fomos forçados a fazer a guerra para estabelecer a Paz.

Logo que Portugal reconheceu o nosso direito à independência e aceitou transferir os poderes aos Movimentos de Libertação, então rapidamente se concluíram os Acordos de Paz.

O nosso objectivo comum foi sempre claro e consequente: independência nacional, paz, desenvolvimento económico, cultural e social.

Porque tínhamos objectivos muito claros, em Angola, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau, em Moçambique, em S. Tomé e Príncipe, foi-nos possível, com igual clareza, definirmos o inimigo, definirmos a nossa estratégia e tática.

A justeza destas definições foi confirmada pelo sucesso alcançado.

A prática demonstrou a verdade da nossa teoria revolucionária.

Ao definirmos o inimigo, desde o início, soubemos distinguir, sem qualquer equívoco, o povo português, do colonialismo português. Soubemos distinguir, sem qualquer ambiguidade, o branco, o colono, do colonialismo português. Para nós, o colonialismo nunca teve pátria, o imperialismo nunca teve povo, o capitalismo nunca teve raça.

Foram estes pontos essenciais das nossas concepções que nos impediram, por exemplo, unidade de acção com movimentos do tipo da UPA e levaram à ruptura, no seio da FRELIMO, com o grupo dos Simangos, Lázaros e Gwenjeres.

Definimos o inimigo como sendo o sistema colonial. Então, fomos capazes de apontar as nossas armas para o alvo correcto: as forças repressivas do sistema colonial, as forças de agressão colonialista. Apontámos as nossas armas contra o exér-

cito colonial, contra a PIDE, apontámos as nossas armas contra a Polícia.

Na guerra colonial, os nossos combatentes não mataram mulheres, crianças, velhos; não mataram comerciantes e funcionários, camponenses e camionistas; não mataram trabalhadores pacíficos que, embora colonos, não eram nossos inimigos.

Tendo definido o inimigo, ou seja, o obstáculo à nossa reivindicação legítima e inalienável de independência, de liberdade, dignidade, justiça, estávamos em condições de definir, unir, mobilizar e organizar a nossa base social de apoio.

O povo era a nossa base. Os homens de todas as etnias, de todas as regiões, de todas as cores, de todas as crenças que compunham o nosso povo, eram a nossa base social.

Foi por isso que, desde o início da acção das nossas organizações políticas, a unidade nacional era sentida e vivida como o coração da nossa luta, o órgão vital que a fazia viver e avançar.

As nossas Organizações nunca estiveram estruturadas numa base racial, regional ou tribal. Nas nossas fileiras nunca houve distinção de tribo, região, raça. Todos éramos sempre angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses.

Com firmeza, intransigência, sempre combatemos o racismo, o tribalismo, o regionalismo. Sempre considerámos estes males como minas do inimigo no nosso seio. Combatíamos o divisionismo da mesma maneira que combatíamos o colonialismo.

No longo e duro processo que foi a guerra de libertação das nossas Pátrias, continuamente alargámos e aprofundámos o conteúdo da unidade nacional. Os nossos povos identificaram-se inteiramente com as nossas Organizações, porque viam que estávamos sempre a agir no interesse do povo.

Historicamente, dizer-se FREILMO era dizer-se Moçambique. Dizer-se MPLA era dizer-se Angola. Dizer-se PAIGC era dizer-se Guiné-Bissau/Cabo Verde. Dizer-se MLSTP era dizer-se S. Tomé e Príncipe.

E era assim porque para toda a opinião nacional e internacional, o nome das nossas Organizações significava os interesses mais puros, mais sagrados, dos nossos povos.

A nossa luta, porque justa e obedecendo a métodos justos, ganhou a simpatia, a solidariedade, o apoio de todo o mundo.

Na África, no seio dos Não-Alinhados, no campo socialista, nos Países Nórdicos, na Europa, nas Américas, na Ásia, as forças democráticas identificaram-se com a nossa causa, com as nossas Organizações.

É assim que surge a Conferência de Roma em 1970.

A Conferência de Roma é o produto de uma ofensiva nossa para alargar a base internacional de apoio à nossa luta e isolar o colonialismo português.

A ofensiva visava ganhar novos amigos, levar forças relativamente comprometidas com Portugal — nomeadamente no campo da OTAN — a demarcarem-se da guerra colonial e isolar o colonialismo.

O encontro entre o Papa Paulo VI e os nossos dirigentes, é expressão da vitória diplomática por nós alcançada.

Na base da plataforma mínima comum — a independência nacional, fim da guerra colonial — conseguimos juntar aos amigos e aliados de sempre novos amigos, reforçámos o prestígio e o apoio à nossa causa.

O povo português foi por nós sempre tratado como aliado. Recusámos a noção demagógica e racista de «Povos ou cores opressoras». Por isso,

prestámos sempre a maior atenção ao tratamento justo e humanitário dos prisioneiros de guerra. Numerosas vezes, a FRELIMO, o MPLA, o PAIGC, unilateralmente libertaram prisioneiros de guerra. Estes tornaram-se arautos da justiça e humanidade da nossa causa.

As nossas ideias influenciaram muitos soldados e oficiais portugueses. Fizeram-lhes compreender a profunda iniquidade da classe em que estavam envolvidos. As derrotas militares sofridas pelo colonialismo e a acção do movimento democrático português culminaram, há dez anos atrás, no dia 25 de Abril, no derrube do sistema fascista.

Ao libertarmos as nossas Pátrias, demos também uma contribuição poderosa à libertação do Povo português. Ao libertarmos as Pátrias, impulsionámos a libertação do Zimbabwe, o avanço da luta na Namíbia, o desenvolvimento do movimento democrático e anti-«apartheid» da África do Sul.

A consequência das nossas lutas, a seriedade do nosso engajamento, o enraizamento profundo nas massas populares, a presença contínua da Direcção no terreno de operações entre os combatentes, as transformações sociais que se operavam nas zonas libertadas, prestigiaram o movimento de libertação africano e o nosso Continente.

Jornalistas, cineastas, escritores, delegações de organizações políticas e sociais, homens e mulheres de todos os continentes, de todos os horizontes políticos, visitaram as zonas libertadas e transmitiam ao mundo a nova realidade que ali se criava.

Estes factores determinaram a mudança de estatuto do movimento de libertação africano na cena internacional. Deixámos de ser considerados «vítimas indefesas» e «exilados» que mendigavam ajudas. A comunidade internacional passou a olhar para nós como representantes dignos de Povos orgulhosos, reconheceu nos nossos dirigentes esta-

distas de grande craveira, sentiu que fornecíamos alternativas de governação séria e responsável.

Por estas razões, fomos admitidos no seio da OUA, dos Não-Alinhados, da Comissão Económica para a África, das Nações Unidas, como únicos e legítimos representantes dos nossos Povos.

A luta da FRELIMO, do MPLA, do PAIGC, determinou na cena internacional a dignificação do conjunto dos movimentos de libertação africanos.

A guerra de libertação das nossas pátrias foi um processo político-militar, longo, complexo e difícil.

Devido à natureza e intransigência do sistema colonial-fascista, impunha-se desde o início a definição de uma estratégia conducente à derrota militar do colonialismo, à criação de uma correlação de forças que lhe impusesse a capitulação enquanto sistema.

Nunca encarámos a guerra como um instrumento de propaganda ou de agitação de massas. Por isso recusámos sempre o terrorismo. Atingindo indiferentemente inocentes e não culpados, o terrorismo põe em causa a justiça, a dignidade, o respeito pela pessoa humana que eram a essência da nossa luta. Ele destrói a base interna de apoio. Intimida, cria medo, e não o amor e a dedicação à causa. A acção terrorista tem por objectivo as parangonas dos jornais. Não conduz à libertação efectiva do Povo e da Terra, ao isolamento, ao cerco e aniquilamento do inimigo real.

Como revolucionários, impunha-se que nas condições próprias dos nossos países e da conjuntura internacional, definíssemos a estratégia e tática adequadas para a conquista da vitória.

O nosso princípio foi sempre o de lutar no interior do País. A frente do exterior, ainda que importante, foi sempre definida como complementar.

Os nossos fundadores — Mondlane, Cabral, Neto — abandonaram o conforto das cátedras, dos consultórios, dos gabinetes, para se instalarem na floresta — e não no exílio.

A geração de Marcelino, Lara, Vasco Cabral, Abílio Duarte, Américo Boavida deixa as universidades, os consultórios, os gabinetes, para vir para a floresta.

Os jovens de 61 que abandonam a Universidade — Fidélis Cabral, Chissano, Rebelo, Mariano, Paulo Jorge, Óscar Monteiro, Silvino da Luz, Pedro Pires, Sérgio Vieira, Fernando Ganhão, Pascoal Mocumbi, Iko Carreira, Cruz Pinto, José Araújo, tantos outros — tomam o rumo da floresta e não do exílio. (APLAUSOS EM PÉ).

Dos liceus e escolas secundárias saem centenas de jovens em cada um dos nossos Países para ir para a floresta e não para utilizarem bolsas de estudo para o exterior.

Como a nossa base era o Povo, que se encontrava sobretudo nas zonas rurais, a nossa estratégia foi a conquista do campo, a libertação do Povo e da Terra, para isolar de maneira crescente o inimigo nos seus campos entrincheirados e nas cidades.

Assim invertemos a correlação de forças no terreno e não na propaganda.

A guerra de libertação criou zonas libertadas, que foram para nós a escola do exercício do poder, o desenvolvimento da experiência de uma alternativa de governo, cultura, civilização e organização social. Elas foram o factor decisivo na transformação qualitativa da luta pela independência em luta revolucionária.

É este salto que permite aprofundar o processo revolucionário das transformações sociais de conteúdo popular e democrático no conjunto dos nossos países.

O carácter revolucionário das nossas lutas tornou-as alvo da acção desestabilizadora e agressiva do imperialismo. Nas nossas Pátrias, o inimigo recorreu a todos os métodos para nos destruir, quer durante a luta de libertação, quer depois da vitória.

Caros Caramadas,

A República Popular de Moçambique e a República Popular de Angola têm sido alvo de uma acção sistemática de desestabilização levada a cabo por bandidos que foram recrutados, treinados, equipados, financiados, dirigidos e abastecidos a partir do exterior, e, quando feridos, são evacuados para o exterior.

Importa determo-nos na análise do banditismo armado, fenómeno novo na estratégia imperialista de agressão em África.

A utilização de agentes infiltrados no seio dos movimentos de libertação, no final da década de 60, foi um prenúncio desta nova estratégia. Os assassinatos de Eduardo Mondlane e Amílcar Cabral resultam desta concepção criminoso. A PIDE organiza assassinatos que são executados por elementos infiltrados, numa tentativa de imputar a responsabilidade do crime a dissensões internas do movimento de libertação.

Momo Touré, Gwengere, são agentes directos da PIDE que são infiltrados no PAIGC e na FRELIMO para promover divisões tribais, regionais, raciais e religiosas e assassinar dirigentes.

Incapaz de conceber o povo como produtor da História e sujeito soberano da sua própria emancipação, o imperialismo considera que só a intimidação pode levar as massas populares a optarem e a agirem. Na base desta concepção, criam-se os Flechas, os GE's e os GEP's. O seu objectivo é tentarem fazer-se passar por combatentes do movi-

mento de libertação e nessa falsa qualidade cometerem crimes e espalharem o terror no seio da população. Esta acção visava desacreditar o movimento de libertação, isolá-lo do povo e desprestigiá-lo internacionalmente.

Um exemplo nítido desta acção foi o assassinato, pelas forças colonialistas, de farmeiros e cantineiros brancos na província de Manica com o objectivo de mostrar que a FRELIMO era racista e matava brancos indefesos. Igualmente, mas já sob a bandeira colonial, estes mesmos grupos, juntamente com os Comandos, agem abertamente, massacrando populações. Aqui o objectivo é uma vez mais semear o terror no seio do povo, forçá-lo a cessar o apoio à causa patriótica, com o medo de represálias.

A experiência destes grupos terroristas é transferida, depois, para além-fronteiras. Os Selus Scouts na Rodésia do Sul nascem sob inspiração destes bandos. O seu objectivo é também cometer crimes contra o povo, fingindo-se de combatentes da libertação. Na linguagem do exército rodesiano, eles são conhecidos como «pseudo-terroristas».

Após a derrota do colonialismo português, os Serviços Secretos da Rodésia e da África do Sul herdaram os ficheiros e os dirigentes da PIDE, e destes bandos assassinos.

Numa primeira fase, estes bandos participam activamente nas agressões contra Angola, tanto no Sul como no Norte. Numa segunda fase, são reorganizados para assumirem a aparência de movimentos de resistência contra os governos legítimos de Luanda e Maputo.

Posteriormente, o sistema generaliza-se na África Austral e é criado o chamado Exército de Libertação do Lesotho e a chamada ZAPU-Dissidente ou Super-ZAPU.

Nos casos de Moçambique e Angola, são os serviços secretos de Salisbúria e Pretória, secundados por antigos dirigentes da PIDE, Flechas, Comandos e outras forças criminosas quem organiza e, com mercenários, enquadra estes bandos armados. Os efectivos são recrutados entre os antigos agentes e criminosos de guerra e cadastrados de delito comum. Elementos raptados no seio da população são forçados a prestar apoio e são obrigados a cometer crimes, de maneira a sentirem-se comprometidos e vinculados aos bandidos armados.

No caso de Moçambique, as primeiras acções dos bandidos surgem no eixo Manica-Chimoio-Beira, precisamente onde se haviam instalado os primeiros centros de treino dos Flechas, GE's e GEP's.

O banditismo é imposto do exterior a Moçambique e a Angola. Não é produto de uma oposição interna, não representa forças políticas ou sociais nacionais. São bandos que não possuem direcção própria. Os nomes apresentados ou são de elementos com um longo passado de envolvimento no sistema colonial-fascista ou de criminosos de delito comum. Nas fileiras do banditismo, nos nossos países, não surge um único nome de uma personalidade com um genuíno passado patriótico. Não surge nenhum militante da clandestinidade, nenhum antigo prisioneiro político do colonial-fascismo.

Não têm programa, não apresentam alternativas. Nas zonas por onde passam semeiam a devastação. Não constroem escolas, queima-nas. Assassnam professores, massacram e raptam alunos. Não constroem postos de saúde ou hospitais: pilham-nos, assassnam médicos e enfermeiros. Não fazem **machambas: incendeiam-nas, saqueiam-nas. Pilham a comida dos camponenses. Cortam orelhas e narizes, amputam os seios das mulheres. Violam mulheres e crianças. Fazem do povo prisioneiro, besta de carga, refém.**

Destroem infra-estruturas, estradas, pontes, linhas eléctricas, vias férreas. Fazem paralisar ma-chambas, fábricas. São contra o abastecimento do povo: roubam e saqueiam lojas, destroem camiões de abasecimento. Tentam bloquear o apoio às viti-mas das calamidades naturais. São contra a ami-zade entre os povos: raptam e assassinam coope-rantes. Não respeitam as crenças religiosas do povo: raptam sacerdotes, bispos, freiras.

Não os move nenhum projecto criador. Apenas os move o objectivo de deixar a dor, o vazio, o hor-ror.

Não têm história que possam escrever. Para as zonas por onde andam não podem convidar jorna-listas, fotógrafos, cineastas idóneos que venham registar as suas acções.

Os seus actos, porque criminosos, não podem ser registados senão em fichas de cadastrados. A sua história é um registo criminal.

Nestes anos de banditismo, que cultura criaram? Que balas foram por eles disparadas, que gerassem flores?

Em Angola, na Guiné, em Moçambique, a guerra de libertação provocou um florescimento da cultura. O mundo descobriu e admirou os nossos escrito-res, pintores, músicos, poetas. Aos palcos de muitas capitais levámos os nossos grupos de dança, de canto e de música. Fizemos exposições, participá-mos em festivais culturais internacionais.

A única cultura dos bandos armados é o con-sumo da droga, a pilhagem, o sadismo terrorista. A sua crença, procuram-na nas cerimónias de feitiçaria e obscurantismo. Que luta é esta que não transpira esperança e semeia apenas desolação e desespero?

É significativo que nenhuma organização polí-tica com um mínimo de respeitabilidade, nenhuma organização internacional representativa, nenhum

governo, por mais facista que seja, ouse declarar-se publicamente solidário com estes criminosos.

O banditismo está condenado ao desaparecimento. Tem sido sempre o destino dos agentes do imperialismo serem abandonados pelos seus mentores e manipuladores.

Caros Camaradas,

As vitórias alcançadas no terreno militar contra o banditismo armado, alteraram profundamente a correlação de forças entre nós e o inimigo.

A acção militar foi completada por uma ofensiva diplomática. O objectivo foi tornar claro, para o Ocidente, que a única causa da instabilidade na África Austral, o único perigo de escalada e internacionalização dos conflitos na região, se encontra na política de agressão e desestabilização de Pretória. O «apartheid» é o único factor gerador de conflitos na região.

Era preciso denunciar, perante o Ocidente, as acções criminosas dos bandidos armados, criados pela África do Sul, e desfazer a imagem de que os bandidos poderiam constituir uma oposição política ao sistema popular moçambicano.

Tal como o fizemos durante a luta armada em relação ao colonialismo português, tratava-se de isolar o agressor dos seus aliados.

As vitórias militares contra o banditismo armado e as vitórias diplomáticas, tiveram sempre como objectivo garantir a paz na nossa pátria, martirizada nos últimos vinte anos sucessivamente pela guerra colonial-fascista, pela guerra racista rodesiana e a guerra não declarada sul-africana.

A paz é um princípio indissociável da nossa política socialista, é uma aspiração profunda do nosso povo.

Animados pelo ideal de servir o nosso povo, de responder à sua iniciativa e aos seus anseios de construir uma Pátria socialista que traga o bem-estar e a felicidade, vencemos as guerras de agressão.

A ofensiva pela paz que Angola e Moçambique desencadearam não é, pois, produto de circunstâncias conjunturais ou uma tática dilatória.

A luta dos nossos povos sempre visou a paz, e procurou atingi-la recorrendo aos meios que, em cada momento, se apresentaram como os mais adequados.

Recorremos às armas para destruir as causas das guerras que nos eram movidas. Recorremos à força da diplomacia para impor, desde sempre, o diálogo e a negociação, mesmo quando os nossos inimigos persistiam no recurso à violência.

A paz foi sempre o princípio fundamental da nossa estratégia de luta para obrigar as forças do colonialismo e do belicismo a aceitarem os princípios internacionalmente consagrados do direito dos povos e do relacionamento entre Nações.

Obrigar os círculos expansionistas e belicistas a aceitarem estes princípios é uma vitória da razão, da sensatez, do diálogo, um triunfo das forças da paz.

A alteração profunda da correlação de forças na África Austral permitiu que as ideias do realismo e da paz se implantassem e ganhassem terreno.

É assim que a África do Sul que invadira e ocupara parte do território angolano e fomentara o banditismo armado, com o objectivo de destruir o MPLA, é obrigada a negociar com o Governo legítimo da República Popular de Angola e a iniciar o processo de evacuação das suas tropas.

Ela é forçada a obedecer às normas do direito internacional.

A pretensão sul-africana de condicionar a retirada do contingente internacionalista cubano é frustrada.

Em Moçambique fracassou a estratégia que concebiam a destruição do nosso Estado Popular em favor de um regime fantoche que consagrasse a hegemonia regional do sistema do racismo e imperialismo.

O Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança celebrado entre a República Popular de Moçambique e a República da África do Sul, traz a evidência de que as forças que apostavam na nossa destruição sofreram um pesado revés.

O Acordo faz prevalecer os princípios que foram sempre a razão da nossa luta: a paz, a estabilidade, a boa vizinhança, a coexistência pacífica, factores essenciais para construir o progresso, o bem-estar, a felicidade do nosso povo.

Com o Acordo de Nkomati, o regime da África do Sul reconhece a soberania e a integridade territorial, a independência política e a inviolabilidade das fronteiras do nosso país.

Com o Acordo de Nkomati, a África do Sul reconhece o princípio do direito dos povos à autodeterminação e à independência. Ela obriga-se a não usar a força ou a ameaça do uso da força nas suas relações com Moçambique, e a não utilizar bandos armados e mercenários contra o nosso país.

Ela aceita coexistir e ter relações de boa vizinhança com o nosso Estado socialista.

Em suma, a África do Sul aceitou os princípios de Direito Internacional que até agora recusara.

Ao fazermos vingar estes princípios nesta zona do nosso Continente, que de há muito não conhece a paz e a estabilidade, fizemos recuar as forças que fazem do racismo um valor institucional, que fazem do belicismo, do colonialismo e do expansionismo, uma estratégia.

Por estas razões, estamos conscientes de que os últimos desenvolvimentos da situação na África Austral são um contributo para a paz mundial, para conter a tendência alimentada pelo imperialismo de transformar os conflitos locais em guerra generalizada.

Um clima de paz e coexistência na África Austral é um contributo para a luta dos povos que se erguem contra a guerra e particularmente contra o holocausto nuclear.

O desanuviamento da nossa zona faz avançar a luta dos países Não-Alianhados e da OUA em defesa da paz e contra a tentativa de integrar os problemas regionais na chamada rivalidade dos blocos.

O Acordo de Nkomati é uma afirmação de que os problemas da paz e da luta contra o racismo, podem ser resolvidos com o apoio de toda a Humanidade, congregando a mais vasta gama de opções políticas numa plataforma comum.

O Acordo de Nkomati é um contributo para as forças progressistas, revolucionárias e democráticas de todo o Mundo que lutam pela paz, o desanuviamento e a segurança entre as Nações.

O processo que ocorre na África Austral insere-se na política de paz do socialismo, apoia as iniciativas de paz dos países socialistas e a luta dos povos para fazer triunfar a força da razão, em detrimento das opções militaristas.

Estamos igualmente conscientes de que estas iniciativas promovem o desenvolvimento da luta dos povos nas Américas, na Ásia, no Médio Oriente, na Europa, na África, pela democracia, pela justiça, pela igualdade, pela paz, pelo progresso social. Estamos particularmente convictos que serão um elemento importante para acelerar o processo da independência do povo da Namíbia e para aprofundar a luta democrática e anti-racista do povo sul-africano.

É sobretudo nos nossos países, Caros Camaradas, que estas vitórias se irão reflectir de imediato.

Com as perspectivas de se alcançar uma paz duradoira, podemos concentrar os nossos esforços no desenvolvimento dos nossos países, podemos consolidar as nossas independências que tantos sacrifícios e sangue custaram.

Consolidando as nossas independências, consolidamos igualmente as nossas Revoluções, a causa do socialismo que os nossos povos abraçam.

Por isso, é tarefa de todos os revolucionários e progressistas, na África e no Mundo, apoiar Moçambique e Angola neste momento delicado e complexo em que a paz é ainda frágil.

É necessário manter-se a pressão e a correlação de forças que obrigam ao cumprimento rigoroso do espírito e da letra dos Acordos firmados em Lusaka e Nkomati.

É tarefa de todos os revolucionários apoiar os países que constroem um mundo melhor, que produzem o Homem Novo, que alargam a zona libertada da Humanidade.

Caros Camaradas,

Quero expressar-vos, uma vez mais, a minha grande satisfação pessoal, a satisfação do Partido Frelimo, do nosso Governo e de todo o Povo moçambicano, por vos termos hoje aqui connosco.

Quero reiterar-vos também a nossa gratidão profunda, por esta atitude que tiveram de vir a Maputo expressamente para nos exprimirem o vosso apoio às iniciativas de paz do meu país e da República Popular de Angola.

É uma atitude que diz bem da natureza dos laços que nos unem, é uma atitude que bem materializa e aprofunda, ainda mais, esta amizade fraterna, esta solidariedade, esta identidade indestrutível.

tível que caracterizam as relações entre os nossos Partidos, os nossos povos e os nossos Estados.

Ocorrem-me, no momento em que iniciamos esta reunião, outros momentos particularmente importantes da história das nossas relações — momentos que ficaram tão profundamente gravados nos nossos corações que jamais se apagarão das nossas memórias.

Recordamos, com emoção, os dias dramáticos de 1975, quando estava em jogo a independência e a liberdade de Angola. O PAIGC combateu, então, no território angolano, e todos nós concertámos as nossas acções para garantir que naquele país irmão triunfasse a liberdade e a justiça.

Recordarei sempre que o Presidente Aristides Pereira viveu connosco, aqui em Maputo, os momentos inolvidáveis da proclamação da independência de Angola. Juntos acompanhámos esses momentos através da Rádio, juntos ouvimos a voz do saudoso Presidente Neto proclamar o nascimento de um Estado Popular, nascido da nossa luta comum.

Temos estado juntos em todos os momentos difíceis, temos partilhado juntos as alegrias das vitórias.

Os mortos de cada um de nós, são os mortos de todos nós. Os heróis de cada um de nós, são os heróis de todos nós.

No passado, reuníamo-nos para tratarmos dos problemas comuns da libertação nacional dos nossos países colonizados. Hoje, encontramos-nos para discutirmos os problemas igualmente comuns do desenvolvimento, da conquista da paz, da construção, nas nossas pátrias libertadas, de sociedades onde reine a liberdade, a igualdade, a justiça, a democracia, o progresso, o bem-estar.

Mas queremos reunir-nos também para celebrarmos as vitórias do desenvolvimento nos nossos paí-

ses, os progressos feitos na luta pela construção de uma economia forte, independente, desenvolvida.

Queremos reunir-nos para comemorarmos a construção de novas fábricas, barragens, projectos agrícolas, escolas, hospitais, estradas e caminhos de ferro nos nossos países.

Queremos reunir-nos para comemorarmos a erradicação da fome, da nudez, do analfabetismo e da ignorância nas nossas pátrias.

Queremos reunir-nos para celebrarmos juntos a liquidação do subdesenvolvimento em Angola, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau, em São Tomé e Príncipe e em Moçambique.

É este, hoje, o nosso combate comum.

É um combate pacífico, é um combate que exige a paz.

A reunião que agora iniciamos é, justamente, para celebrar os avanços alcançados no caminho da conquista da paz.

Resta-me, Caros Camaradas, manifestar a minha absoluta certeza de que sairemos deste encontro ainda mais unidos, ainda mais fortes, ainda mais solidários.

Mais uma vez, bem-vindos!

Muito Obrigado!

A LUTA CONTINUA!

Tiragem: 15 000 exemplares
Registado no INLD sob o N.º 0507/INLD/84
Composto e Impresso na Tip. «Notícias»
M A P U T O
República Popular de Moçambique
Junho de 1984



**DEFENDER A PÁTRIA
VENCER O SUBDESENVOLVIMENTO
CONSTRUIR O SOCIALISMO**